

NA CASA DO “SENHOR”?

O papel da religião nas relações de trabalho do emprego doméstico

Cleiton Ferreira Maciel Brito^()
Jeanne Mariel Brito de Moura Maciel^(**)*

Resumo

A partir de um estudo de caso de uma família de classe média alta da cidade de Manaus, buscamos discutir neste ensaio o papel da religião como elemento construtor de um tipo de percepção sobre o emprego doméstico que tem implicações profundas na relação entre empregada(o) e empregador. Para tal propósito lançamos mão da hipótese de que, no cerne da relação entre empregador/empregada(o), a dimensão religiosa enevoa, em um primeiro momento, a distinção entre aquilo que seria próprio da relação constitucional de emprego, daquilo que estaria no âmbito da relação religiosa fora do emprego. Contudo, em um segundo momento, as situações do dia a dia do trabalho dissipam esse enevoamento, e a distinção fica à mostra. Nessa etapa, a religião funciona como processo dialético, configurando-se enquanto fonte de legitimação e de resistência no emprego doméstico.

Palavras-chave: Religião. Emprego Doméstico. Relações de Trabalho. Legitimidade e Resistência.

Abstract

From a case study of a family of upper middle class city of Manaus, in this essay we discuss the role of religion as a builder element of a kind of perception about domestic employment that has profound implications for the relationship between employed and employer. For this purpose we used the assumption that, at the heart of the relationship between employer/employee, the religious dimension fogs, at first, the distinction between what would be the constitutional own employment relationship, what would be under religious outside employment relationship. However, in a second moment, the situations of everyday life dissipate this blurring of work, and the distinction is showing. At this stage, religion functions as dialectical process, configuring as a source of legitimation and resistance in domestic employment.

Keywords: Religion. Domestic Employment. Labor Relations. Legitimacy and Strength.

^(*) Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos. E-mail: Cleiton.keto@hotmail.com.

^(**) Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos. E-mail: maribrito21@y.

INTRODUÇÃO

Trabalhadores, obedeci vosso senhor com temor e tremor, como a Cristo, servindo de boa vontade, como ao Senhor e não como a homens. Efésios 6:5;7

Todos os que têm um bom senhor não o tratem com desrespeito, porque é irmão; pelo contrário, trabalhem ainda mais, pois ele é crente e amado. 1 Timóteo 6:2

É conhecida no meio das Ciências Sociais a contribuição da religião para a formação e conformação de determinadas estruturas sociais. O trabalho de Max Weber (2004) é ímpar nesse sentido, e mostra como um tipo de ascese religiosa do século XVI foi fundamental no processo de desencantamento e na racionalização e secularização do mundo, delineando, em boa medida, os rumos que a economia e a cultura ocidental viriam a percorrer nos séculos seguintes. Exemplo desse processo é a própria ideia de trabalho enquanto algo gerador de valor, tanto individual quanto coletivo, portanto, racionalizado, que está fortemente ligada à ética desenvolvida pelas seitas oriundas da Reforma Protestante.

Este texto se insere nesse meandro metodológico proposto por Weber (2004). A ideia é colocar em discussão o elemento religioso como construtor de um tipo de percepção sobre o emprego doméstico que tem implicações profundas na relação entre empregada(o) e empregador. Para tal propósito, lançaremos mão de um estudo de caso de uma família de classe média alta da cidade de Manaus, na qual pudemos observar as conotações que a dimensão do emprego doméstico assume quando perpassada pela religião.

Como questão sociológica, o emprego doméstico envolve dimensões próprias do mundo social, como o gênero, a classe e a raça. Contudo, acreditamos que a religião, em grande medida, também faz parte desse leque de elementos que conformam esse tipo de atividade no Brasil, sendo necessário traçar uma linha que ponha em relevo a forma como o elemento religioso acopla-se a estes outros três, sobretudo ao gênero.

Propomos pontuar, portanto, a relação entre religião-gênero-trabalho, como forma de contribuir para o entendimento do emprego doméstico. E nesse sentido, lançamos como hipótese explicativa a ideia de que **no cerne da relação entre empregador/empregada(o), a dimensão religiosa enevoa, em um primeiro momento, a distinção entre aquilo que seria próprio da relação constitucional de emprego (formalidade, contrato, direitos), daquilo que estaria no**

âmbito da relação religiosa fora do emprego (tratamento como “irmãos na fé”, solidariedade, “informalidade”, etc.), levando, dessarte, à casa do empregador, práticas sociais características da “casa do Senhor”. Contudo, em um segundo momento, as situações do dia a dia do trabalho dissipam esse enevoamento, e a distinção fica à mostra. Nessa etapa, a religião funciona como processo dialético, configurando-se enquanto fonte de legitimação e de resistência no emprego.

Vale ressaltar, para início da discussão, que os nomes aqui utilizados são fictícios, mas os personagens, reais. A pesquisa foi realizada através de entrevistas por um espaço de 5 meses, e pensamos que esse período revelou facetas importantes de como a religião contribui para a conformação de um *ethos* de convívio, de resolução de conflitos, de manutenção de determinada relação de poder e de resistência no espaço doméstico. É o que iremos pontuar a seguir.

O EMPREGO DOMÉSTICO: QUESTÕES PRELIMINARES

O emprego doméstico insere-se dentro da perspectiva do trabalho do *care*, este entendido como **um conjunto de atividades que estão ligadas, em sua maioria, à esfera da reprodução** (MOLINIER 2012; GEORGES e SANTOS 2012), **não sendo consideradas enquanto trabalho produtivo**, o que acabou por ser colocado à parte na própria agenda de discussão acadêmica sobre o trabalho, por não se enquadrar dentro de uma perspectiva de um marxismo ortodoxo (GEORGES 2011). Foi Saffioti (1978) que buscou trazer para o debate a tese de que o emprego doméstico responde à própria lógica da produção capitalista, fazendo parte, portanto, do seu modo de funcionamento.

O emprego doméstico é majoritariamente realizado por mulheres (serviço feminizado), mulheres pobres, e que possuem pouca escolaridade e baixa qualificação profissional. Isso significa dizer que elas não conseguem emprego no chamado “setor produtivo”, logo, sua inserção no emprego doméstico é reflexo, por sua vez, de um processo histórico de exclusão social (VIDAL 2012). Ademais, grande parte destas mulheres está inserida em processos migratórios, trabalhando em regiões fora do local de nascimento, o que, conseqüentemente, acaba por engendrar processos de discriminação étnica e racial, colocando-as em situação de vulnerabilidade social.

Além desses fatores, soma-se o fato de o emprego doméstico ser realizado, em sua maioria, por mulheres não brancas, o que mostra a questão racial envolvendo a configuração desse tipo de atividade. Poder-se-ia dizer, face a esse quadro, que o emprego doméstico no Brasil tem gênero, tem cor, e tem classe, e se constitui, diante disso, como um lugar de trocas simbólicas, de contradições, de conflitos entre a parte empregada e a parte empregadora.

Como parte do trabalho do *care*, o emprego doméstico está envolto pela questão da afetividade, onde as mulheres que dele vivem têm de satisfazer as expectativas emocionais daqueles para os quais elas trabalham. Não é à toa que no discurso das empregadas pesquisadas por Vidal (2012) a amizade delas com as patroas irá aparecer como elemento fundamental da relação, e sua participação na intimidade familiar é representada como uma das principais dificuldades para uma verdadeira profissionalização da atividade.

Isso porque, como aponta Vidal (2012, p. 2),

Tanto para as empregadas quanto para as patroas, a referência à amizade traduz, antes de tudo, o que deveria governar a relação entre a trabalhadora doméstica e aquela que a emprega. Naturalmente, encontramos, também, aquelas que preferem evocar esta relação em termos estritamente profissionais e delas possuem um entendimento sem um mínimo de afeto mútuo. Frases como “Uma patroa tem que tratar sua doméstica como uma amiga” ou “Minha patroa (ou minha empregada) é minha amiga”, muitas vezes proferidas, revelam um ideal de comportamento. A decepção que se segue ao fim de uma relação vem, muitas vezes, acompanhada por um comentário sobre a amizade rompida.

No tocante ao caso analisado neste texto, a afetividade, de fato, mostra-se como um componente importante de estruturação da relação do emprego doméstico, mas ela é perpassada por uma perspectiva religiosa que a torna ainda muito mais forte e difícil de desarraigá-la da efetiva racionalidade da relação. Confundem-se, com base na religião, a afetividade com a efetividade do emprego, vendo esta última como consequência “natural” da primeira, ou seja, como se o emprego não estivesse dentro de uma racionalidade própria, de relação de trabalho, mas ligado a um tipo de vínculo estabelecido *a priori* pela religião. É aqui, destarte, que reside uma diferença entre o caso analisado e o diagnóstico proposto por Vidal (2012, p.3), quando diz que empregadas e patroas sabem muito bem o quanto diferem na expectativa que têm na amizade uma da outra. Com buscaremos mostrar, quando envolta pela religião, essa diferença não é tão nítida, principalmente para a empregada.

Para compreendermos melhor tal processo, vejamos o caso de Joana, que foi empregada doméstica por quase 15 anos na casa de Manoel, gerente em uma empresa da Zona Franca de Manaus.

EMPREGO DOMÉSTICO E RELIGIÃO: O CASO DE JOANA

Conhecemos Joana em 2007, na igreja do bairro onde ela morava, na Zona Leste de Manaus, uma das regiões mais pobres da cidade. Moramos por um período de um ano neste mesmo bairro, e íamos para as igrejas nas manhãs e noites de domingo. Nos cultos da igreja acabamos conhecendo Joana, pois ela era amiga da nossa tia com a qual nós morávamos em Manaus. Depois que fomos morar em outro lugar, mantivemos contato nos fins de semana, e foi nessas conversas que obtivemos informações sobre sua história de vida e as relações estabelecidas em seu trabalho.

Eis a sua história: Joana tem 62 anos, negra, com escolarização até a 8ª série do Ensino Fundamental. Ela é natural do interior do estado de Roraima. Veio para o Amazonas ainda jovem para acompanhar o pai e a mãe na atividade de pesca no Alto Rio Negro. Em meados da década de 1960 acabaram por se estabelecer na cidade de Manaus, onde Joana conseguiu emprego em uma das fábricas do Distrito Industrial da cidade. Depois de trabalhar por 15 anos no setor industrial teve de sair para cuidar de um dos filhos que adoeceu gravemente.

Foi nesse período que começou a frequentar uma igreja evangélica em um bairro da periferia de Manaus. Joana passava por dificuldades financeiras, e um membro da igreja, sr. Manoel, ofereceu trabalho em sua casa, localizada em uma área nobre da cidade. Ela passou a trabalhar na casa de Manoel desde então, indo todos os dias da semana, exceto às segundas-feiras, seu dia de folga.

O trabalho de Joana não se limitava tão somente ao de faxineira, mas perpassava uma gama de atividades, como a de babá dos filhos e cuidadora da sogra de Manoel, a de ir pegar a neta deste na escola, a de fazer café da manhã e almoço, passar roupa, além de estar à disposição para eventuais “quebra galhos”, como comprar a feira, pagar contas em bancos e fazer serviços de garçonzete nas festas de confraternização da família.

Joana era chamada de “irmã” por todos os membros da família de Manoel. Isso porque é hábito das igrejas evangélicas denominarem-se uns aos outros como “irmãos”. E como ela frequentava a mesma igreja dele, essa forma de tratamento se tornou ainda mais comum. Era na igreja, nos cultos de domingo que geralmente a esposa de Manoel estabelecia a agenda da

semana com Joana, mostrando o que deveria ser comprado na terça-feira pela manhã, e o que queria para o almoço, por exemplo.

Depois de quase 15 anos de serviço, Joana foi despedida sob a justificativa de que seu filho estava doente, e ela tinha de ir cuidar dele. Todo esse tempo de trabalho na casa de Manoel não foi formalizado, ou seja, a sua carteira de trabalho não foi assinada, não obstante pagar o valor de um salário mínimo por mês. Quando perguntei o porquê da não formalização, ela me respondeu que Manoel havia tocado no assunto apenas uma vez, mas depois disso não houve mais menção. Diante disso, ela achou “melhor deixar pra lá, porque não iria brigar com o ‘homem’, porque ele é um rapaz bom, um exemplo pra igreja e pra os irmãos”.

A despeito disso, Joana lamentava não ter carteira assinada: “porque se eu tivesse carteira assinada desde o começo, já teria me aposentado, porque eu contribuí durante 13 anos quando trabalhava no Distrito. Mais quase 15 (anos) que eu trabalhei lá (na casa de Manoel), já estaria aposentada. Mas é assim mesmo, meu filho. A gente luta, luta, e Deus sabe o que faz. Num diz que tudo coopera para o bem da gente?” (fazendo referência ao livro de Romanos 8:28).

Joana também reclamava acerca do tratamento recebido pelos “irmãos” quando se atrasava para chegar ao trabalho: “[...] eu não entendo. Eu fazia muita coisa lá todo o dia, mas se eu chegava um pouco mais tarde, a Fátima (mulher de Manoel) ficava chateada. Mas são meus irmãos na fé, né mano?”. O interessante é que essas reclamações eram precedidas por alguma conversa descontraída, onde Fátima e Joana riam juntas sobre algum assunto. Depois, Fátima pontuava que Joana estava chegando sempre atrasada, e o “clima” da conversa tomava um outro rumo: Joana justificava-se dizendo que a linha de ônibus 002 passava tarde e havia engarrafamento no trajeto, e Fátima aconselhava (ou ordenava?) que Joana saísse mais cedo de casa.

O QUE O CASO DE JOANA REVELA SOBRE A RELAÇÃO ENTRE RELIGIÃO E EMPREGO DOMÉSTICO?

Esses relatos evidenciam que a religião está em constante ligação na relação que se estabelece entre o empregador e a empregada.

Isso porque a igreja, enquanto espaço religioso, mas sobretudo de sociabilidade, é o ponto inicial dessa relação, onde pessoas de classe sociais e gêneros diferentes se encontram sob o discurso de que, “em Cristo não há ricos, nem pobres, nem homens, nem mulheres”. Contudo, são as mulheres e as pessoas pobres que irão servir como empregadas na casa dos “irmãos” com maior poder econômico, revelando, por um lado, um subtexto de gênero e classe que se esconde sob o manto religioso.

Por outro lado, na “casa do Senhor” nasce, nesse caso, um processo social permeado por gênero e classe que irá desaguar na casa do empregador, mas que só irá ter conotações mais substantivas debaixo de certas percepções sociais advindas da esfera da religião. Um processo dialético, portanto.

Entre essas percepções está aquela que abre o texto do presente ensaio, qual seja, a de que deve-se servir ao “senhor” como se fosse ao “Senhor”, fazendo referência, pois, à reverência que se deve ter àquele que empregou a trabalhadora doméstica, no caso de Joana, sr. Manoel. Isso é pregado na igreja e levado para o âmbito do emprego doméstico, onde Joana vê, *a priori*, sua relação com o empregador não como algo puramente profissional, racionalizada, mas como uma relação entre “irmãos em Cristo”, o que parece obscurecer e deixar menos tensa a assimetria que existe entre empregador e empregada.

Entretanto, quando havia momentos de conflitos, Joana via e estranhava a desigualdade que permeava o vínculo da relação, e, em certo sentido, se revoltava por tratarem-na como apenas uma “empregada”, e usava as artimanhas que podia, como fazer o almoço e depois ir embora, sem lavar os pratos, expressando, assim, o seu descontentamento. Mas depois ela recorria à própria religião para buscar uma avaliação do que havia feito, e chegava à conclusão de que não deveria agir dessa maneira, pois “eles eram irmãos, e a Bíblia diz pra não agir assim”.

Isso é significativo, e mostra, um ponto de análise interessante: o de que a religião constitui uma ética do trabalho na esfera doméstica, legitimando-a, ao mesmo tempo que produz resistência e críticas face às artimanhas do empregador. Legitimando, por exemplo, quando da não assinatura da carteira de trabalho, pois Joana achava injusto levar um Manoel à justiça terrena. Produzindo resistências e críticas em um movimento inverso, quando ela achava injusto, por serem “irmãos”, que Manoel nunca tivesse assinado a carteira, ou não tivesse concedido um aumento significativo de salário.

Acresce-se a isso o fato de que a própria proximidade promovida pela igreja fazia com que ela tivesse coragem para pedir adiantamento de salário, ou 13º, revelando, em face disso, estratégias que nos mostram que não havia passividade na relação, mas um constante lançar mãos de recursos ao seu alcance para conseguir benefícios do empregador.

Agora, uma consequência propiciada pela religião em favor do empregador está no fato de tratarem Joana “como se fosse da família” uma vez que ela era “irmã da igreja”. Isso porque, dessa maneira, podiam lhe pedir para realizar atividades que não necessariamente ela teria de fazer dentro de uma relação de emprego totalmente formal, mas somente dentro de um espectro de relação de amizade que a religião proporcionava. E isto acabava por confundir-se.

Dito de outra forma, o teor do trabalho como por “fazer parte da família”, e o trabalho como “por ser empregada” se mesclavam, e a relação só ficava clara nos momentos de conflitos, onde horários e dias de trabalho eram cobrados como parte do “contrato”. Mas aquilo que não estava no contrato – serviço de garçoneiro, cuidar da sogra, por exemplo – era visto pelos empregadores como algo que justificava-se na dimensão simbólica, quer dizer, pelo fato de Joana ser “a irmã”.

Concretamente, isso significa dizer que quando ela faltava um dia, ou se atrasava, a dimensão “empregada”, ou seja, racional e secular, aparecia ou era evocada para justificar a cobrança por parte do empregador. Mas quando ela fazia trabalhos para além daquilo que seria considerado “normal” no emprego doméstico, a dimensão “tradicional-religiosa” era colocada como forma de justificação.

E isso parece ser umas das características fundamentais do trabalho do *care*, quer dizer, por lidar com emoções, com afetividade, com relações de amizade, a empregada(o) passa a ter maior probabilidade de execução de inúmeras tarefas, o que do ponto de vista conceitual seria razoável tratar como uma **polivalência do emprego doméstico**.

Essa polivalência é sintomática, e evidencia, em certa medida, o caráter multifacetado e um entrelaçamento de questões sociais a envolver o *care*, tornando-o um objeto privilegiado à análise sociológica contemporânea, posto ser *locus* de tensões, contradições e ressignificações de práticas sociais permeadas por questões de gênero, classe e religião. Estes, por sua vez, concorrem para as atuais metamorfoses e configuração do capitalismo, sendo, ao mesmo tempo, seus propulsores e corolários, e não suas exceções, como uma visão ortodoxa do mundo social poderia sugerir.

REFERÊNCIAS

GEORGES, I. *Entre discriminação e reconhecimento: as trabalhadoras domésticas de São Paulo*. In: CABANES, Robert, GEORGES, Isabel, RIZEK, Cibele, TELLES, Vera da Silva (orgs.), *Saídas de emergência. Perder/ganhar a vida em São Paulo*. São Paulo, Boitempo Editorial, 2011, p. 95-113.

GEORGES, I; SANTOS, Y. Garcia dos. *Care e políticas públicas: o caso das "agentes comunitárias de saúde" e das "agentes de proteção social"*. In: HIRATA, H., GUIMARAES, N. Araújo (orgs.), *Cuidado e cuidadoras: as várias faces do trabalho do care*, São Paulo, Ed. Atlas, 2012, pp. 166-182

MOLINIER, P. *Ética e trabalho do care*. In: HIRATA, H., GUIMARÃES, N. (Orgs.). *Cuidado e cuidadoras. As várias faces do trabalho do care*. São Paulo: Atlas, 2012, pp. 29-43;

SAFFIOTI, H. I. Bongiovani. *Emprego doméstico e capitalismo*. Petrópolis, Vozes, 1978.

VIDAL, D. *A afetividade no emprego doméstico*. Um debate Frances à luz de uma pesquisa realizada no Brasil. In: GEORGES, I., LEITE, M. de Paula (orgs.), *Novas configurações do trabalho e Economia solidária*, São Paulo, Ed. Annablume, 2012, pp. 173-192.

WEBER, Max. *A ética protestante e o "espírito" do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

(Recebido em julho de 2015; aceito em outubro de 2015)